



Vista aérea de lavoura na zona rural do município de Sinop, no Norte do Mato Grosso, região que detém um dos maiores índices de desmatamento da floresta amazônica

# Muito além do ativismo

MANUEL ALVES FILHO  
manuel@reitoria.unicamp.br

**A pesquisa ecológica no Brasil soma pouco mais de três décadas. Nesse período, ela constituiu-se como uma das ciências que mais se desenvolveram no país. Ocorre, porém, que os estudos poderiam ter atingido um patamar ainda mais avançado, não fossem a carência de recursos, a falta de continuidade de investimentos e até mesmo as dificuldades criadas pela legislação para a coleta de material biológico destinado aos experimentos. Esses e outros temas são analisados com profundidade e espírito crítico, na entrevista que segue, pelo doutor em ecologia Thomas Michael Lewinsohn, professor titular e coordenador do programa de Pós-Graduação em Ecologia do Instituto de Biologia (IB) da Unicamp. De acordo com ele, que acaba de ser eleito primeiro presidente da recém-fundada Associação Brasileira de Ciência Ecológica e Conservação (Abeco), a ciência ecológica brasileira ainda enfrenta muitos problemas e ameaças no que toca ao desenvolvimento e aplicação do conhecimento. Sobre as possibilidades de superação dessas adversidades, ele pontua: “Dá para ser cautelosamente otimista, mas há muitos motivos sérios para preocupação”, afirma Lewinsohn, que participa no dia 16 do simpósio “Pesquisa Ecológica Hoje – Ampliação e Aplicação do Conhecimento”.**

**Jornal da Unicamp - Qual o marco de referência da pesquisa ecológica no Brasil?**

**Thomas Michael Lewinsohn** – A pesquisa ecológica no Brasil teve como marco de referência a criação, em 1976, dos quatro primeiros cursos de pós-graduação: na Unicamp, na UnB, na UFSCar e no Inpa, de Manaus. Temos, portanto, uma história institucional de 32 anos. É claro que existiam alguns pesquisadores em ecologia anteriormente no país, mas eram relativamente isolados. Em três décadas, a pesquisa nessa área explodiu. Dentro da América Latina, o Brasil está extremamente bem situado em relação à quali-

dade e quantidade de pesquisa em ecologia. Atualmente, temos mais de 30 cursos de pós-graduação em ecologia, caminhando para 40. É claro que isso tem a ver com a demanda política e social que se faz em cima desse conhecimento. Do ponto de vista de formação de pessoal, de grupos de pesquisa, de extensão para diferentes áreas científicas, a ecologia é uma das ciências que melhor se desenvolveu nas últimas décadas no país.

**JU - Apesar desse desempenho, a pesquisa em ecologia enfrenta problemas no país, não?**

**Lewinsohn** – Os problemas, como sempre, estão relacionados

com o suporte institucional para pesquisa, que deixa a desejar, por várias razões. Primeiro, não estamos absorvendo bem todo o conjunto de pesquisadores qualificados que estão sendo formados. Num país com a extensão e a diversidade biológica do Brasil, e que tem um compromisso ambiental, é espantoso que sobre gente qualificada na praça. Isso não deveria ocorrer. Outro problema refere-se ao fato de ainda não contarmos com um suporte tão abrangente quanto seria preciso para os projetos de grande porte. A nossa experiência de fazer projetos grandes ainda está a caminho. São Paulo tem uma ex-

periência bem-sucedida nesse sentido, com o Programa Biotafapesp, voltado para inventariar e reconhecer a biodiversidade do Estado. Esse modelo está sendo olhado com muito carinho por outros estados, mas a verdade é que a gente ainda não tem um suporte tão abrangente quanto precisaria para projetos de grande porte e grande duração.

**JU - A questão central é o financiamento?**

**Lewinsohn** – O problema não está apenas na questão do financiamento. O financiamento tem duas características: volume e continuidade. O Brasil até tem tido volume em alguns momentos, por meio do CNPq, Finep e convênios internacionais. Mas falta continuidade. Não dá para fazer boa pesquisa em ecologia sem continuidade. Existe hoje em dia uma demanda gigantesca para avaliarmos os efeitos das mudanças climáticas globais que estão em curso, para traçar a tendência dessas mudanças em diferentes cenários. Para isso, é preciso trabalhar com base em séries históricas, mas nós não temos dados antigos. Se compararmos com estudos feitos nos Alpes, isso dá a dimensão do nosso problema. Lá há lugares que abrigam mosteiros desde a Idade Média. Os monges anotavam dados sobre o clima, a data de começo de floração, do aninhamento dos

pássaros. Você tem dados de mais de 500 anos que podem ser comparados. Nós não temos essa linha de base. Sabemos que o clima está mudando, mas mudando quanto em relação a quê? Sempre nos faltam os dados de base. A gente precisa urgentemente consolidar dados confiáveis. Mas é difícil conseguir suporte para isso. O problema é que esse trabalho não é tão bonito quanto inaugurar um equipamento de alta tecnologia. Mas é uma tarefa fundamental.

**JU - Ou seja, é preciso ter mais programas de Estado do que de governo...**

**Lewinsohn** – Mas não é só um problema da política, embora ela também tenha responsabilidade nisso. Os prazos curtos não são apenas por causa da política. Os prazos acadêmicos também são curtos. Uma tese de doutorado tem que ser feita em quatro anos. Na melhor das hipóteses você tem três anos para a obtenção de dados. É aquela velha história do Garrincha na Copa de 58, de ter que avisar os russos, não é? É preciso avisar aos organismos que a gente precisa de resultados de longo prazo, mas tem que ser no máximo em três anos... Na prática, ficamos estudando processos que mudam muito rapidamente, o que faz com que haja uma ten-

Continua na página 11 ▶▶